



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO

PLANO DE ENDIVIDAMENTO INTERNO

2016

Fevereiro de 2016

ÍNDICE

I. Introdução.....	3
II. Balanço do Plano de Endividamento 2015	4
2.1. Mecanismo de Comunicação com o Mercado	4
III. Composição dos Instrumentos da Dívida Pública Interna.....	5
IV. Financiamento do Déficit Orçamental.....	6
V. Programa de Financiamento Interno para 2016	6
VI. Considerações Finais	8

I. Introdução

As políticas do endividamento do Estado estão definidas nos instrumentos de planificação do Governo, particularmente, na Estratégia de Médio Prazo para a Gestão da Dívida Pública e o Orçamento do Estado. Neste contexto, o Plano de Endividamento para 2016 limita-se na contratação de dívida pública interna através da emissão de títulos públicos - Obrigações do Tesouro (OT's) pelo Estado no mercado doméstico, tendo como base as previsões do Orçamento do Estado de 2016 (OE 2016).

Referir que as OT's, que na Lei Orçamental estão inscritas na linha do Crédito Interno, são instrumentos de médio e longo prazos e tem como objectivo financiar défices orçamentais, podendo, em caso de necessidade, ser utilizadas para refinarciar e substituir títulos onerosos.

Em 2016, está prevista a continuidade das reformas no mercado de títulos públicos da dívida, no sentido de aprimorar os mecanismos de funcionamento do mercado primário e secundário das OT's e o sistema dos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro (OEOTs).

II. Balanço do Plano de Endividamento 2015

No ano de 2015 foi contraído financiamento pela via de emissão de títulos públicos no valor de MZN 9.132 mil milhões, do total de MZN 9.183 mil milhões previsto na Lei 02/2015, de 07 de Maio e no Plano de Endividamento para aquele ano.

Assim, conforme previsto no Plano de 2015, foram feitas ao longo do ano seis (6) emissões com início no mês de Agosto de 2015, baseados em leilões de preços múltiplos e a maturidade dos títulos esteve entre três a quatro anos.

Alternativamente, para a cobertura dos défices temporários de tesouraria, originados pela sazonalidade da receita fiscal e cobertura de eventuais atrasos nos desembolsos dos Parceiros, foram utilizados BT's emitidos pelo Banco Central no valor de MZN 45.075,00 milhões.

Referir que os BT's são títulos de curto prazo da autoridade monetária para efeitos de política monetária (gestão de liquidez no mercado), e que os montantes utilizados pelo Estado são amortizados a medida que é feita a arrecadação da receita e se regista a maturidade dos mesmos.

2.1. Mecanismo de Comunicação com o Mercado

A comunicação com o mercado, respeitou igualmente o Diploma Ministerial nº 90/2013, de 10 de Julho, incluindo as alterações feitas ao mesmo pelo Diploma nº 87/2015, de 18 de Setembro, tendo sido endereçadas Cartas Convite aos OEOTs. A divulgação dos resultados dos leilões das OT's foi feita através de sessões especiais, na Bolsa de Valores de Moçambique, na data de liquidação financeira, na qual participaram os OEOTs. Nestas sessões, foram apresentados os resultados da subscrição das emissões.

Os resultados das emissões foram, por sua vez, publicados no Boletim de Cotações da respectiva sessão de bolsa da data do leilão, através do *website* da Bolsa de Valores de Moçambique (www.bolsadevalores.co.mz). Por outro lado, foi desenvolvido um sistema específico para colocação das emissões, através do qual os OEOTs têm acesso aos seus respectivos resultados.

III. Composição dos Instrumentos da Dívida Pública Interna

A carteira da dívida pública interna é constituída, para além das OT's, por BT's e a componente Outros. Os BT's são títulos utilizados pelo Estado nos termos do previsto no Decreto nº 22/2004, de 7 de Julho, que estabelece o regime regulamentar geral aplicável à emissão e colocação dos BT's no mercado monetário e os Outros créditos são contraídos pelo Estado para o financiamento de edifícios públicos através de contratação de financiamento via *Leasing*, incluindo dívida assumida. Vide tabela 1.

Para o presente ano, a Lei nº 09/2015, de 29 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016 prevê a emissão de OT's no valor de MZN 7.619.653,620,00. Por outro lado, para 2016 está prevista a amortização de OT's emitidas no passado (2011, 2013 II série e 2013 V série) no valor total de MZN 2.801,73 milhões. Relativamente aos BT's, para 2016 está prevista a utilização de MZN 35.000,00 milhões.

Em 2016, está previsto a redução do stock da componente Outros devido a amortização expressiva de MZN 6.854,24 milhões, sendo MZN 5.273,01 milhões referentes ao financiamento para a compensações das gasoleiras (2009, 2010 e 2015) e MZN 1.581,23 milhões referente aos *leasings* para construção de edifícios.

Relativamente às Obrigações de Tesouro verifica-se um aumento do stock devido ao baixo nível de amortização, de MZN 2.801,73 milhões contra a emissão de MZN 7.619,70 milhões.

Tabela 1: Composição e Fluxo dos Instrumentos da Dívida Pública Interna

	(MZN Milhões)				
	2014	2015	Amortização 2016	Emissão 2016	2016 Proj
Obrigações do Tesouro	17.940,11	21.676,27	2.801,73	7.619,70	26.494,24
Bilhetes do Tesouro	8.400,00	23.475,00	58.475,00	35.000,00	-
Outros	8.481,92	24.081,59	6.854,24	2.972,30	20.199,45
Total	34.822,03	69.232,86	68.130,97	45.592,00	46.693,69

IV. Financiamento do Défice Orçamental

A Lei nº 09/2015, de 29 de Dezembro, estabelece o défice orçamental para 2016 de 10,6% do PIB, sendo que prevê que seja financiado pelo equivalente a 3,6% do PIB de donativos, 5,5% do PIB de créditos e 1,1% do PIB do crédito interno, como é apresentado na tabela 2, sobre a disponibilidade de recursos para a materialização do programa do Governo com vista ao desenvolvimento económico-social e inclusivo.

Comparativamente a 2015, o crédito interno previsto para 2016 registou uma redução ligeira em percentagem do PIB, de 1,5% para 1,1%, respectivamente, dada a necessidade de minimização da contratação de financiamento no mercado doméstico, tendo em conta a criação de maior espaço para financiar a procura de investimento privado, em face das expectativas de crescimento acelerado da economia a médio prazo.

Tabela 2: Disponibilidade de Recursos 2015

<i>Em milhões de MT</i>	2014	2015	2016
	CGE	REO	Lei
Recursos Totais	236.553,9	226.425,1	246.070,4
Recursos Internos	162.051,2	169.890,4	184.028,8
Receitas do Estado	156.336,1	160.707,8	176.409,2
Crédito Interno	5.715,1	9.182,6	7.619,7
SalDOS Transitados	-	-	-
Recursos Externos	74.502,7	56.534,7	62.041,6
Donativos	24.106,4	20.463,7	24.800,0
Créditos	50.396,3	36.070,9	37.241,6
<i>em % do PIB</i>			
Recursos Totais	44,9%	38,1%	36,2%
Recursos Internos	30,8%	28,6%	27,0%
Receitas do Estado	29,7%	27,0%	25,9%
Crédito Interno	1,1%	1,5%	1,1%
SalDOS Transitados	0,0%	0,0%	0,0%
Recursos Externos	14,2%	9,5%	9,1%
Donativos	4,6%	3,4%	3,6%
Créditos	9,6%	6,1%	5,5%
<i>Memória: PIB Nominal</i>	526.495,2	594.649,0	680.486,6

Fonte: MEF - DNPO

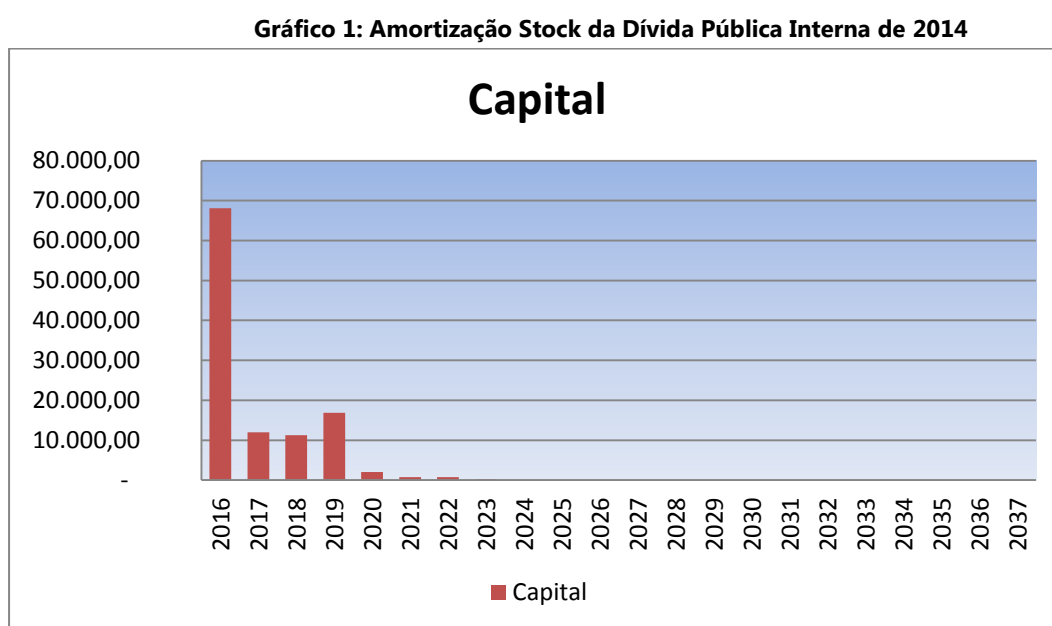
V. Programa de Financiamento Interno para 2016

A estratégia de endividamento interno para 2016, será baseada no seguinte:

- Nos termos da Lei nº 09/2015, de 29 de Dezembro, o Governo pode emitir OT's, numa ou mais emissões, até ao valor máximo de MZN 7.619.653,620,00 para cobertura do défice orçamental;

- O Governo pretende efectuar emissões de OT's com maturidades que permitam assegurar a distribuição equilibrada da sua amortização ao longo dos próximos anos, e previsivelmente, poderão ser maturidades superiores a um ano.

A determinação destas maturidades tem em conta a projecção da amortização dos instrumentos que compõem o stock da dívida pública interna de 2014. O gráfico 1 indica que o pagamento do capital vai se concentrar nos anos 2016 e 2019, influenciado pelas OT's emitidas no passado, 2011, 2013 II série e 2013 V série, no valor total de MZN 2.801,73 milhões, bem como a amortização de MZN 5.273,01 milhões referentes ao financiamento para a compensações das gasolneiras (2009, 2010 e 2015).



Fonte: MEF - DNT

- Serão feitas emissões mensais de OT's, a partir de Março de 2016 e a determinação da taxa de juro será na base no leilão de preços múltiplos,
- Para a criação gradual de títulos de referência, está prevista pelo menos uma operação de reabertura das séries das OT's 2016,
- Para permitir maior flexibilidade na gestão da Carteira das Obrigações de Tesouro, poderão ser introduzidos leilões de trocas das OT's,
- Em caso de registo de défices temporários de tesouraria, o Governo poderá utilizar BT's dos leilões disponíveis nas emissões efectuadas pelo Banco Central, tendo em conta o Decreto nº 22/2004, de 7 de Julho.

VI. Considerações Finais

O Plano Anual de Endividamento Interno, instrumento de transparência fiscal, constitui uma iniciativa para promoção da poupança e do desenvolvimento do mercado de capitais doméstico, através da melhoria do processo de comunicação com o mercado. Adicionalmente, a Bolsa de Valores está a criar uma página específica no seu *website* para disponibilizar informação integrada e histórica dos leilões das OT's.

Todavia, há ainda necessidade de melhorar e fortalecer a estratégia de comunicação com base na introdução de mecanismos de assegurem maior acessibilidade e rapidez na divulgação de informação, seja pela via de *websites*, incluindo a definição dos canais de comunicação directa com os agentes do mercado. Os mecanismos de comunicação deverão incluir a divulgação do processo da emissão dos títulos, critérios de determinação das taxas de juro e dos resultados.